

Montevideu, 10 de setembro de 1991.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de referir-me à Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, criada pelo Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, assinado em 11 de março de 1991, na cidade de Artigas.

2. Nos termos do disposto no artigo IV daquele Acordo, os dois Governos concluíram a negociação de um Estatuto que servirá de arcabouço jurídico-institucional à Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí.

3. O Estatuto, composto de 22 (vinte e dois) artigos, define a natureza e as atribuições da Comissão Mista e dispõe sobre seu funcionamento, tendo a seguinte redação:

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sergio Enrique Abreu Bonilla,
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai.

"ESTATUTO DA COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-URUGUAIA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO RIO QUARAÍ (CRQ)

ARTIGO 1

Para fins deste Estatuto, entende-se por:

- a) Partes: a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.
 - b) Acordo: o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, de 11 de março de 1991.
 - c) Comissão: a Comissão Mista Brasileiro-Uruçuia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CRQ).
 - d) Seção Brasileira: o Grupo de Delegados designados pela República Federativa do Brasil para participar de reuniões e atividades da CRQ.
 - e) Seção Uruguia: o Grupo de Delegados designados pela República Oriental do Uruguai para participar de reuniões e atividades da CRQ.
 - f) Delegados: os Delegados nomeados por cada Parte.
 - g) Assessores: as pessoas designadas por cada Governo para assistir a sua respectiva Delegação nessa função.
 - h) Estatuto: o presente instrumento jurídico acordado em conformidade com o disposto no artigo IV do Acordo.
- CM

ARTIGO 2

A Comissão é o organismo binacional responsável pela execução do Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, celebrado em 11 de março de 1991.

Parágrafo 1 - A Comissão se regerá pelas normas pertinentes do Acordo e por este Estatuto.

ARTIGO 3

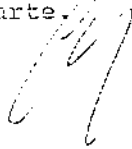
A área de ação da Comissão compreenderá a Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí e suas áreas de influência direta e ponderável que serão definidas pelas Partes.

ARTIGO 4

A Comissão tem a capacidade jurídica necessária para o cumprimento de seus objetivos e finalidades, especificados no artigo 7 do Acordo.

ARTIGO 5

A Comissão terá como sede o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, podendo estabelecerem-se escritórios na área de ação da Comissão. A Comissão poderá reunir-se em qualquer localidade do território de uma ou outra Parte.



ARTIGO 6

A Comissão se dirigirá às Partes por meio dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e, por intermédio destas, poderá relacionar-se com organismos internacionais sobre os assuntos de sua competência. A Comissão poderá igualmente solicitar aos diferentes órgãos dos setores público e privado, de ambas as Partes, as informações técnicas necessárias ao cumprimento de seus propósitos e para a realização de seus objetivos.

ARTIGO 7

A fim de coordenar seus programas e projetos com os planos de desenvolvimento de cada Parte, a Comissão manterá estreito contato com os órgãos nacionais de planejamento e coordenação e de integração regional.

ARTIGO 8

A Comissão tem as atribuições indicadas no Acordo e as que a seguir são definidas:

- a) estabelecer oportunamente os órgãos subsidiários que se considerem necessários para a execução dos objetivos do Acordo;
- b) projetar normas regulamentares no âmbito de sua competência, que serão submetidas às duas Partes para adoção;
- c) aprovar seu Regulamento;
- d) autorizar seu Presidente a exercer a representação legal da Comissão;



- e) desempenhar as demais funções que de comum acordo forem determinadas pelas Partes;
- f) requerer aos órgãos subsidiários relatórios periódicos pormenorizados de suas atividades;
- g) apresentar às Partes um Relatório Anual de suas atividades e seu Plano de Trabalho para o exercício seguinte.

ARTIGO 2


A Comissão está constituída por duas Seções: uma Seção brasileira e uma Seção uruguaia.

Parágrafo 1 - Cada Seção, no que se refere a sua estrutura e funcionamento internos, se regerá por suas respectivas normas nacionais.

Parágrafo 2 - Cada Parte poderá designar entre dois e cinco Delegados, sendo exigida a presença mínima de dois Delegados de cada Parte para que a Comissão se reúna.

Parágrafo 3 - Poderão participar das reuniões da Comissão, conforme a natureza dos temas tratados, em caráter ad hoc e como observadores, representantes de órgãos da administração pública, bem como de entidade de Direito Privado.

Parágrafo 4 - Conforme os temas considerados em cada caso, poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão, em caráter ad hoc e como observadores, os representantes das respectivas comunidades fronteiriças.



ARTIGO 10

A Presidência e a Vice-Presidência da Comissão serão desempenhadas, por períodos anuais e de forma alternada, por Delegados de cada Parte.

Parágrafo 1 - O Vice-Presidente substituirá o Presidente em caso de impedimento ou ausência temporária, com todas as faculdades e responsabilidades do titular.

Parágrafo 2 - Em caso de vacância da Presidência ou da Vice-Presidência, a Seção correspondente designará o novo titular para completar o período.

ARTIGO 11

A coordenação das atividades da Comissão estará a cargo de dois Secretários designados um por cada Parte.

ARTIGO 12

A Comissão se reunirá em caráter ordinário, com frequência mínima semestral e em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de uma das Seções.

Parágrafo 1 - As Partes poderão modificar a frequência das reuniões ordinárias, por troca de Notas.

ARTIGO 13

A Comissão fixará, em cada reunião, a data e o local em que se realizará a próxima reunião ordinária.

24

ARTIGO 14

O Presidente da Comissão, em coordenação com os respectivos Secretários e com a devida antecedência, fará a convocação da reunião e proporá a agenda.

ARTIGO 15

As decisões da Comissão serão tomadas por consenso.

ARTIGO 16

As decisões ad referendum das Partes serão submetidas a estas, pelo Presidente da Comissão com a brevidade possível.

ARTIGO 17

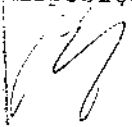
As reuniões da Comissão serão registradas em atas, as quais, depois de aprovadas, serão assinadas por todos os membros presentes.

ARTIGO 18

Serão idiomas oficiais da Comissão tanto o português quanto o espanhol. As atas da Comissão e os documentos por esta elaborados ou utilizados serão redigidos em qualquer dos dois idiomas.

ARTIGO 19

A Comissão poderá, também, contar com a colaboração de Assessores Especiais, sejam ou não nacionais das Partes, postos à sua disposição, inclusive, por organismos internacionais.



ARTIGO 20

Constituirão recursos da Comissão, entre outros, as dotações destinadas por ambas as Partes, por meio de suas respectivas Seções. Cada Seção da Comissão será responsável por seus próprios gastos.

ARTIGO 21

Este Estatuto poderá ser modificado mediante troca de Notas pelas Partes, por iniciativa de qualquer delas ou da Comissão.

ARTIGO 22

O presente Estatuto entrará em vigor na data em que for efetuada a troca de Notas."

4. A presente Nota e a Nota de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituirão Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual fica aprovado o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.



Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil



Ministerio de Relaciones Exteriores

Montevideo, 10 de setiembre de 1993.-

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en relación a su Nota del día de la fecha, cuyo texto se transcribe, mediante la cual se propone la constitución de un Acuerdo por el cual se determina el Estatuto de la Comisión Mixta Uruguayo-Brasileña para el Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim, creada por el Acuerdo de Cooperación entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y el Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim, firmado el 11 de marzo de 1991, en la ciudad de Artigas.

"Señor Ministro:

"Tengo el honor de referirme a la Comisión "Mixta Uruguayo-Brasileña para el Desarrollo de la Cuenca "del Río Cuareim, creada por el Acuerdo de Cooperación entre "el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el "Gobierno de la República Federativa del Brasil para el "Aprovechamiento de los Recursos Naturales y el Desarrollo "de la Cuenca del Río Cuareim, firmado el 11 de marzo de "1991, en la ciudad de Artigas.

"2. En los términos de lo dispuesto en el "Artículo IV de aquel Acuerdo, los dos Gobiernos concluyeron "la negociación de un Estatuto que servirá de marco "jurídico-institucional a la Comisión Mixta Uruguayo- "Brasileña para el Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim.

"3. El Estatuto, compuesto de 22 (veintidós) "artículos, define la naturaleza y las atribuciones de la "Comisión Mixta y dispone sobre su funcionamiento, teniendo "la siguiente redacción:

**"ESTATUTO DE LA COMISION MIXTA URUGUAYO-BRASILENA PARA EL
"DESARROLLO DE LA CUENCA DEL RIO CUAREIM. (C.R.C.)**

"ARTICULO 1

"Para los fines del presente Estatuto se entiende por:

"a) Partes: la República Oriental del Uruguay y la "República Federativa del Brasil.

A Su Excelencia
Don Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado de las Relaciones Exteriores
de la República Federativa del Brasil

Ministerio de Relaciones Exteriores

"b) Acuerdo: el Acuerdo de Cooperación entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y del Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim, del 11 de marzo de 1991.

"c) Comisión: la Comisión Mixta Uruguayo-Brasileña para el Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim (C.R.C.).

"d) Sección uruguaya: el Grupo de Delegados designados por la República Oriental del Uruguay para participar de las reuniones y actividades de la C.R.C..

"e) Sección brasileña: el Grupo de Delegados designados por la República Federativa del Brasil para participar de las reuniones y actividades de la C.R.C..

"f) Delegados: los Delegados designados por cada Parte.

"g) Asesores: las personas designadas por cada Gobierno para asistir a su respectiva Delegación en esa función.

"h) Estatuto: el presente instrumento jurídico acordado en conformidad con lo dispuesto en el Artículo IV del Acuerdo.

"ARTICULO 2

"La Comisión es el organismo binacional responsable de la ejecución del Acuerdo de Cooperación para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y del Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim, celebrado el 11 de marzo de 1991.

"Parágrafo 1 - La Comisión se regirá por las normas pertinentes del Acuerdo y por el presente Estatuto.

"ARTICULO 3

"El área de acción de la Comisión comprenderá la Cuenca hidrográfica del Río Cuareim y sus áreas de influencia directa y ponderable que serán definidas por las Partes.

"ARTICULO 4

"La Comisión tiene la capacidad jurídica necesaria para el cumplimiento de sus objetivos y finalidades, especificados en el Artículo V del Acuerdo.

"ARTICULO 5

"La Comisión tendrá como Sede el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay y el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, pudiendo establecerse oficinas en las áreas de acción de la Comisión. La Comisión podrá reunirse en cualquier localidad del territorio de una u otra Parte.

Ministerio de Relaciones Exteriores

"ARTICULO 6

"La Comisión se dirigirá a las Partes a través de los
"respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores y, por
"intermedio de éstos, podrá vincularse con organismos
"internacionales sobre los asuntos de su competencia. La
"Comisión podrá igualmente recabar a los diferentes órganos
"de los sectores público y privado de ambas Partes, las
"informaciones técnicas necesarias para el cumplimiento de
"sus cometidos y el logro de sus propósitos.

"ARTICULO 7

"A los efectos de coordinar sus programas y proyectos
"con los planes de desarrollo de cada Parte, la Comisión
"mantendrá estrecho contacto con los órganos nacionales de
"planeamiento y coordinación y de integración regional.

"ARTICULO 8

"La Comisión tiene las funciones indicadas en el
"Acuerdo y las que a continuación se establecen:

"a) establecer oportunamente los órganos subsidiarios
"que se consideren necesarios para la ejecución de los
"objetivos del Acuerdo;

"b) proyectar normas reglamentarias en el ámbito de su
"competencia, que serán sometidas a las Partes para su
"adopción;

"c) aprobar su reglamento;

"d) autorizar al Presidente a ejercer la
"representación legal de la Comisión;

"e) desempeñar las demás funciones que de común
"acuerdo fueran determinadas por las Partes;

"f) requerir a los órganos subsidiarios informes
"periódicos pormenorizados de sus actividades;

"g) presentar a las Partes un Informe Anual de sus
"actividades y su Plan de Trabajo para el ejercicio
"siguiente.

"ARTICULO 9

"La Comisión está constituida por dos Secciones: una
"Sección uruguaya y una Sección brasileña.

"Parágrafo 1. Cada Sección, en lo que se refiere a su
"estructura y funcionamiento interno, se regirá por sus
"respectivas normas nacionales.

"Parágrafo 2. Cada Parte podrá designar entre dos (2) y
"cinco (5) Delegados, siendo exigida la presencia mínima de
"dos Delegados por cada Parte para que la Comisión se reúna.

af

Ministerio de Relaciones Exteriores

"Parágrafo 3. Podrán participar de las reuniones de la Comisión, conforme a la naturaleza de los temas tratados, en carácter "ad hoc" y como observadores, representantes de los órganos de administración pública, así como entidades de Derecho Privado.

"Parágrafo 4. Conforme a los temas considerados en cada caso, podrán ser invitados para participar de las reuniones de la Comisión, en carácter "ad hoc" y como observadores, los representantes de las respectivas comunidades fronterizas.

"ARTICULO 10

"La Presidencia y la Vice-Presidencia de la Comisión serán desempeñadas, por periodos anuales y de forma alternada, por Delegados de cada Parte.

"Parágrafo 1. El Vice-Presidente substituirá al Presidente en caso de impedimento o ausencia temporaria, con todas las facultades y responsabilidades del titular.

"Parágrafo 2. En caso de vacancia de la Presidencia o de la Vice-Presidencia, la Sección correspondiente designará el nuevo titular para completar el periodo.

"ARTICULO 11

"La coordinación de las actividades de la Comisión estará a cargo de dos Secretarios designados, uno por cada Parte.

"ARTICULO 12

"La Comisión se reunirá en carácter ordinario, con frecuencia mínima semestral y en carácter extraordinario, por convocatoria de su Presidente o de una de las Secciones.

"Parágrafo 1. Las Partes podrán modificar la frecuencia de las reuniones ordinarias, por intermedio de Notas.

"ARTICULO 13

"La Comisión fijará, en cada reunión, la fecha y el lugar en que se realizará la próxima reunión ordinaria.

"ARTICULO 14

"El Presidente de la Comisión, en coordinación con los respectivos Secretarios y con la debida antelación, realizará la convocatoria de la reunión y propondrá la Agenda.

"ARTICULO 15

"Las decisiones de la Comisión serán tomadas por consenso.

Ministerio de Relaciones Exteriores

"ARTICULO 16

"Las decisiones "ad referendum" de las Partes serán
"sometidas a éstas, por el Presidente de la Comisión a la
"brevedad posible.

"ARTICULO 17

"Las Reuniones de la Comisión serán registradas en
"Actas, las cuales, después de aprobadas, serán firmadas por
"todos los miembros presentes.

"ARTICULO 18

"Serán idiomas oficiales de la Comisión tanto el
"español como el portugués.

"Las actas de la Comisión y los documentos por ésta
"elaborados o utilizados serán redactados en cualquiera de
"los dos idiomas.

"ARTICULO 19

"La Comisión podrá también contar con la colaboración
"de Asesores Especiales, sean o no de las nacionalidades de
"las Partes, colocados a su disposición, inclusive, por
"organismos internacionales.

"ARTICULO 20

"Constituirán recursos de la Comisión, entre otros, las
"dotaciones destinadas por ambas Partes, a través de sus
"respectivas Secciones.

"Cada Sección será responsable por sus propios gastos.

"ARTICULO 21

"El presente Estatuto podrá ser modificado mediante
"intercambio de Notas por las Partes, a iniciativa de
"cualquiera de ellas o de la Comisión.

"ARTICULO 22

"El presente Estatuto entrará en vigencia en la fecha
"en que se realice el intercambio de Notas.

"4. La presente Nota y la Nota de idéntico
"tenor y misma fecha de Vuestra Excelencia, constituirán un
"Acuerdo entre el Gobierno de la República Federativa del
"Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay,
"por el cual queda aprobado el Estatuto de la Comisión Mixta
"Uruguayo-Brasileña para el Desarrollo de la Cuenca del Río
"Cuareim, a entrar en vigor en la fecha de hoy.

"Aprovecho la oportunidad para reiterar
"a Vuestra Excelencia la garantía de mi más alta
"consideración."

Ministerio de Relaciones Exteriores

Al respecto, tengo el honor de transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de la República Oriental del Uruguay con las disposiciones transcriptas, por lo cual la presente Nota y la de Vuestra Excelencia constituyen un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos, que entrará en vigor a partir del día de la fecha.

Hago propicia la ocasión para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

Alvarado
5